

DECISÃO
Nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 14.184/2002, no Decreto Estadual nº 45.902/2012 e na Resolução SEJUSP nº 41/2021, alterada pela Resolução SEJUSP nº 155, de 24 de junho de 2021, e de delegação de competência publicada em 25 de agosto de 2021, ACOELHO recomendou o Relatório Técnico nº 73/SEJUSP/NUREL/2021, de 13 de setembro de 2021, emitido pela Comissão Processante Permanente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Públicas autos do Processo Administrativo Punitivo nº 117/2019, que recomendou a aplicação à empresa CAJATIÁ ALIMENTAÇÃO LTDA, sediada na Rua Frei Norberto, nº 42 - PME Mercado Municipal Centro, São João Del Rei/MG, a penalidade de multa de R\$18.518,10 (dezoito mil, quinhentos e dezotois reais e dez centavos).

EDITAL SEPLAGSEDS Nº 03/2012 DE 30 DE AGOSTO DE 2012
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA CARREIRA DE AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - Sejusp e o Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação - IBFC, no uso de suas atribuições e considerando o processo licitatório nº 117/2019, que recomendou a aplicação à empresa CAJATIÁ ALIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.720.172/0001-58, sediada na Rua Vereador João Pacheco, nº 150 - bairro Santo Antônio - Patos de Minas/MG, a penalidade de multa de R\$18.518,10 (dezoito mil, quinhentos e dezotois reais e dez centavos).

DECISÃO
Nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 14.184/2002, no Decreto Estadual nº 45.902/2012 e na Resolução SEJUSP nº 41/2021, alterada pela Resolução SEJUSP nº 155, de 24 de junho de 2021, e de delegação de competência publicada em 25 de agosto de 2021, ACOELHO recomendou o Relatório Técnico nº 73/SEJUSP/NUREL/2021, de 13 de setembro de 2021, emitido pela Comissão Processante Permanente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Públicas autos do Processo Administrativo Punitivo nº 117/2019, que recomendou a aplicação à empresa GAÚCHA ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.720.172/0001-58, sediada na Rua Vereador João Pacheco, nº 150 - bairro Santo Antônio - Patos de Minas/MG, a penalidade de multa de R\$18.518,10 (dezoito mil, quinhentos e dezotois reais e dez centavos).

DECISÃO
Nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 14.184/2002, no Decreto Estadual nº 45.902/2012 e na Resolução SEJUSP nº 41/2021, alterada pela Resolução SEJUSP nº 155, de 24 de junho de 2021, e de delegação de competência publicada em 25 de agosto de 2021, ACOELHO recomendou o Relatório Técnico nº 73/SEJUSP/NUREL/2021, de 13 de setembro de 2021, emitido pela Comissão Processante Permanente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Públicas autos do Processo Administrativo Punitivo nº 117/2019, que recomendou a aplicação à empresa GAÚCHA ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.720.172/0001-58, sediada na Rua Vereador João Pacheco, nº 150 - bairro Santo Antônio - Patos de Minas/MG, a penalidade de multa de R\$18.518,10 (dezoito mil, quinhentos e dezotois reais e dez centavos).

HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO
Pregão Eletrônico nº 146/2021. Objeto: Aquisição de equipamentos para academia do Comando de Operações Especiais - COPEL sob a forma de entrega integral e imediata, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Anexo 1 - Termo de Referência. Homologado o lote 1 no valor de R\$45.960,00 (quarenta e cinco mil novecentos e sessenta reais) a empresa MAXIMUS ESPORTES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP - CNPJ/08.738.035/0001-34, lote 2 no valor de R\$1.574,50 (um mil quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos) a empresa LIDA FLEX EXCLUSIVE EM APARELHOS FITNESS E LAYOUNG SP EIRELI - CNPJ/37.670.865/0001-75 e lote 3 como FRACASSADO.

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 133/2021
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 133/2021. Objeto: Preparação, produção e fornecimento contínuo de refeições e lanches portáteis, na forma transportada, ao Presídio de Serra 1 - Pres-SER-1, com base no Memorando de Intenções nº 22/09/2021, Assinam, pela doadora, Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida, Subsecretária de Tecnologia, Administração e Finanças da SEMAD e pelo donatário, Milton Barbosa Lima, Prefeito do Município de Espinosa.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
TERMO DE DOAÇÃO SEMAD X MUNICÍPIO DE ESPINOSA
Termo de Doação nº 63 - Eletrônico - 2021. Processo SEI 13700.01.00313/2020-17. Doação de bens apreendidos, que faz a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD para o Município de Espinosa. Objeto: 3.146 quilos de carvão empacotado no valor total de R\$4.976,60. Data de assinatura do Termo: 22/09/2021. Assinam, pela doadora, Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida, Subsecretária de Tecnologia, Administração e Finanças da SEMAD e pelo donatário, Milton Barbosa Lima, Prefeito do Município de Espinosa.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DECISÃO
Nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 14.184/2002, no Decreto Estadual nº 45.902/2012 e na Resolução SEJUSP nº 41/2021, alterada pela Resolução SEJUSP nº 155, de 24 de junho de 2021, e de delegação de competência publicada em 25 de agosto de 2021, ACOELHO recomendou o Relatório Técnico nº 73/SEJUSP/NUREL/2021, de 13 de setembro de 2021, emitido pela Comissão Processante Permanente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Públicas autos do Processo Administrativo Punitivo nº 117/2019, que recomendou a aplicação à empresa GAÚCHA ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.720.172/0001-58, sediada na Rua Vereador João Pacheco, nº 150 - bairro Santo Antônio - Patos de Minas/MG, a penalidade de multa de R\$18.518,10 (dezoito mil, quinhentos e dezotois reais e dez centavos).

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DECISÃO
Nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 14.184/2002, no Decreto Estadual nº 45.902/2012 e na Resolução SEJUSP nº 41/2021, alterada pela Resolução SEJUSP nº 155, de 24 de junho de 2021, e de delegação de competência publicada em 25 de agosto de 2021, ACOELHO recomendou o Relatório Técnico nº 73/SEJUSP/NUREL/2021, de 13 de setembro de 2021, emitido pela Comissão Processante Permanente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Públicas autos do Processo Administrativo Punitivo nº 117/2019, que recomendou a aplicação à empresa GAÚCHA ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.720.172/0001-58, sediada na Rua Vereador João Pacheco, nº 150 - bairro Santo Antônio - Patos de Minas/MG, a penalidade de multa de R\$18.518,10 (dezoito mil, quinhentos e dezotois reais e dez centavos).

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DECISÃO
Nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 14.184/2002, no Decreto Estadual nº 45.902/2012 e na Resolução SEJUSP nº 41/2021, alterada pela Resolução SEJUSP nº 155, de 24 de junho de 2021, e de delegação de competência publicada em 25 de agosto de 2021, ACOELHO recomendou o Relatório Técnico nº 73/SEJUSP/NUREL/2021, de 13 de setembro de 2021, emitido pela Comissão Processante Permanente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Públicas autos do Processo Administrativo Punitivo nº 117/2019, que recomendou a aplicação à empresa GAÚCHA ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.720.172/0001-58, sediada na Rua Vereador João Pacheco, nº 150 - bairro Santo Antônio - Patos de Minas/MG, a penalidade de multa de R\$18.518,10 (dezoito mil, quinhentos e dezotois reais e dez centavos).

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DECISÃO
Nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 14.184/2002, no Decreto Estadual nº 45.902/2012 e na Resolução SEJUSP nº 41/2021, alterada pela Resolução SEJUSP nº 155, de 24 de junho de 2021, e de delegação de competência publicada em 25 de agosto de 2021, ACOELHO recomendou o Relatório Técnico nº 73/SEJUSP/NUREL/2021, de 13 de setembro de 2021, emitido pela Comissão Processante Permanente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Públicas autos do Processo Administrativo Punitivo nº 117/2019, que recomendou a aplicação à empresa GAÚCHA ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.720.172/0001-58, sediada na Rua Vereador João Pacheco, nº 150 - bairro Santo Antônio - Patos de Minas/MG, a penalidade de multa de R\$18.518,10 (dezoito mil, quinhentos e dezotois reais e dez centavos).

REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL
O Supervisor Regional do URFBio Sul do IEF torna pública que os requerentes abaixo identificados(s) solicitam(ram) Autorização para Intervenção Ambiental por meio de Documento Autorizado para Intervenção Ambiental - DAIA, conforme o(s) processo(s) abaixo identificados(s):
* WALDIR TÁDEU DE ABREU, CPF 228.465.496-72 - Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo - Martinho Campos/MG - Processo SEI nº 21001.01.0052433/2021-36 em 02/09/2021
* ALFREDO ASSIS PEREIRA CPF 071.463.746-70 - Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas - processo de intervenção ambiental simplificado - Nova Serra/MG - Processo SEI nº 21001.01.0046219/2021-04 em 02/09/2021
* SALINAS AGROPECUÁRIA S.A. CNPJ 06.973.206/0001-84 - Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo - Itaipava/MG - Processo SEI nº 21001.01.0052236/2021-20 em 09/09/2021
* HELVÉCIO BRAGA DE BARCELOS CPF 505.661.209-49 - Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP-Martinho Campos/MG - Processo SEI nº 21001.01.0042238/2021-15 em 13/09/2021
* ALSOL ENERGIA S/RENOVAVEIS S/CNPJ 15.438.161/0001-50 - Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas - processo de intervenção ambiental simplificado - Parí de Minas/MG - Processo SEI nº 21001.01.0055889/2021-38 em 17/09/2021
(a) Luciana Fatima de Rezende Oliveira, Supervisor Regional - URFBio Centro Oeste

REQUERIMENTO
O Supervisor Regional do URFBio Sul do IEF torna pública que os requerentes abaixo identificados solicitam Autorização para Intervenção Ambiental, conforme os processos abaixo identificados:
- Cemig Distribuição S.A. Linha de Distribuição Pouso Alegre 2 - Pouso Alegre, 3, 158V - C/2016.06.93.01/001 - 16 Abertura de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo - Pouso Alegre/MG - Processo nº 21001.01.0058468/2021-51 em 23/09/2021
- Eválido Silva Aguiar, Inscrito no CNPJ nº 116.965.386/5-5, Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo - São Tomás do Aquino/MG - Processo SEI nº 21001.01.0055889/2021-38 em 17/09/2021
(a) Anderson Ramiro de Siqueira, O Supervisor Regional URFBio Sul.

INFORMA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL
O Supervisor Regional do URFBio Centro Sul do IEF, torna pública que o requerente abaixo identificado solicita Autorização para Intervenção Ambiental por meio de Documento Autorizado para Intervenção Ambiental - DAIA, conforme o processo identificado: "Ely Ronaldo Resende, Fazenda das Lanarinhas, nº 116.965.386/5-5, Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, Lagoa Duradouro, Processo nº 21001.01.0057631/2021-49, em 23/09/2021."
Barbacena, 23 de setembro de 2021.
Ricardo Ayres Loschi - Supervisor Regional do IEF.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - ARSAE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021
Após concluída a regularidade dos atos procedimentais licitatórios, Daniela Maria de Paula, autoridade competente, designada pela Portaria ARSAE nº 176 de 06 de janeiro de 2020, artigo 43, inciso VI da Lei nº 8.666/93, resolve:
I - HOMOLOGAR a adjudicação da pregoeira referida ao Pregão nº 001/2021, Processo nº 244102 000016/2021, para contratação de empresa de consultoria prestadora de serviços técnicos especializados em engenharia de projeto para execução das atividades de identificação e descrição das unidades operacionais dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário dos Municípios regulados pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG), conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência, Edital nº 01/2021.
II - EMPRESA VENCEDORA: HOUER CONSULTORIA E CONCESSÕES LTDA - CNPJ 212.111.570/0001-91
III - VALOR TOTAL: R\$ 497.770,00 (quatrocentos e noventa e sete mil e setecentos e setenta reais).
IV - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa.
Belo Horizonte, 23 de setembro de 2021.
Daniela Maria de Paula
Gerente de Planejamento, Gestão e Finanças

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
O Superintendente Central de Compras Governamentais da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no uso de suas competências que lhe são atribuídas pelo Decreto Estadual nº 44.786/2008, arida, com base nas disposições contidas na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:
" A administração pode anular seus próprios atos, quando evidados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."
Declaro:
ANULAR, EM CUMPRIMENTO À DECISÃO JUDICIAL, O PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019, cujo objeto é concessão onerosa de uso de espaço público para exploração de serviço de restaurante, por parte de empresa especializada em preparo e comércio de refeições, no Centro de Convivência da Cidade Administrativa Presidente Tancredo de Almeida Neves, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo 1, e de acordo com as exigências estabelecidas no Edital nº 001/2019.
1º - CONSIDERANDO que a administração pode anular seus próprios atos, quando evidados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SÚMULA 473, STF).
2º - CONSIDERANDO que a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos (SÚMULA 346, STF);
3º - CONSIDERANDO que a administração deve anular seus próprios atos, quando evidados de vícios de legalidade, e não anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SÚMULA 473, STF).
4º - CONSIDERANDO que a administração, prevista no artigo 49 da Lei 8.666/93, constitui forma adequada de desfazer o procedimento licitatório tendo em vista a ilegalidade detectada, sendo necessário o desfazimento da licitação para que seja desativado um novo procedimento licitatório para a celebração de um futuro contrato.
5º - CONSIDERANDO a decisão do Acórdão que rejeitou os Embargos de Declaração - CV nº 1.000.201016207-1/003 (11928074) referente ao Contencioso AGP nº 500846-50/2020-8, 0024 (11028463), que entendeu pela anulação do Pregão Presencial nº 01/2019;
6º - CONSIDERANDO a manifestação apontada na Nota Jurídica nº 015/2021 (3528749), anexa aos autos do processo e a partir da qual, em missão de que o procedimento licitatório é a percepção do interesse público, imperativo, portanto, ANULAR-SE O PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019.
Belo Horizonte, 23 de setembro de 2021.
Jafer Alves Jabour
Superintendente Central de Compras Governamentais - CSC
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
O Superintendente Central de Compras Governamentais da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no uso de suas competências que lhe são atribuídas pelo Decreto Estadual nº 44.786/2008, arida, com base nas disposições contidas na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:
" A administração pode anular seus próprios atos, quando evidados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."
Declaro:
ANULAR, EM CUMPRIMENTO À DECISÃO JUDICIAL, O PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019, cujo objeto é concessão onerosa de uso de espaço público para exploração de serviço de restaurante, por parte de empresa especializada em preparo e comércio de refeições, no Centro de Convivência da Cidade Administrativa Presidente Tancredo de Almeida Neves, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo 1, e de acordo com as exigências estabelecidas no Edital nº 001/2019.
1º - CONSIDERANDO que a administração pode anular seus próprios atos, quando evidados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SÚMULA 473, STF).
2º - CONSIDERANDO que a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos (SÚMULA 346, STF);
3º - CONSIDERANDO que a administração deve anular seus próprios atos, quando evidados de vícios de legalidade, e não anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SÚMULA 473, STF).
4º - CONSIDERANDO que a administração, prevista no artigo 49 da Lei 8.666/93, constitui forma adequada de desfazer o procedimento licitatório tendo em vista a ilegalidade detectada, sendo necessário o desfazimento da licitação para que seja desativado um novo procedimento licitatório para a celebração de um futuro contrato.
5º - CONSIDERANDO a decisão do Acórdão que rejeitou os Embargos de Declaração - CV nº 1.000.201016207-1/003 (11928074) referente ao Contencioso AGP nº 500846-50/2020-8, 0024 (11028463), que entendeu pela anulação do Pregão Presencial nº 01/2019;
6º - CONSIDERANDO a manifestação apontada na Nota Jurídica nº 015/2021 (3528749), anexa aos autos do processo e a partir da qual, em missão de que o procedimento licitatório é a percepção do interesse público, imperativo, portanto, ANULAR-SE O PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019.
Belo Horizonte, 23 de setembro de 2021.
Jafer Alves Jabour
Superintendente Central de Compras Governamentais - CSC
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
O Superintendente Central de Compras Governamentais da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no uso de suas competências que lhe são atribuídas pelo Decreto Estadual nº 44.786/2008, arida, com base nas disposições contidas na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:
" A administração pode anular seus próprios atos, quando evidados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."
Declaro:
ANULAR, EM CUMPRIMENTO À DECISÃO JUDICIAL, O PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019, cujo objeto é concessão onerosa de uso de espaço público para exploração de serviço de restaurante, por parte de empresa especializada em preparo e comércio de refeições, no Centro de Convivência da Cidade Administrativa Presidente Tancredo de Almeida Neves, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo 1, e de acordo com as exigências estabelecidas no Edital nº 001/2019.
1º - CONSIDERANDO que a administração pode anular seus próprios atos, quando evidados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SÚMULA 473, STF).
2º - CONSIDERANDO que a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos (SÚMULA 346, STF);
3º - CONSIDERANDO que a administração deve anular seus próprios atos, quando evidados de vícios de legalidade, e não anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SÚMULA 473, STF).
4º - CONSIDERANDO que a administração, prevista no artigo 49 da Lei 8.666/93, constitui forma adequada de desfazer o procedimento licitatório tendo em vista a ilegalidade detectada, sendo necessário o desfazimento da licitação para que seja desativado um novo procedimento licitatório para a celebração de um futuro contrato.
5º - CONSIDERANDO a decisão do Acórdão que rejeitou os Embargos de Declaração - CV nº 1.000.201016207-1/003 (11928074) referente ao Contencioso AGP nº 500846-50/2020-8, 0024 (11028463), que entendeu pela anulação do Pregão Presencial nº 01/2019;
6º - CONSIDERANDO a manifestação apontada na Nota Jurídica nº 015/2021 (3528749), anexa aos autos do processo e a partir da qual, em missão de que o procedimento licitatório é a percepção do interesse público, imperativo, portanto, ANULAR-SE O PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019.
Belo Horizonte, 23 de setembro de 2021.
Jafer Alves Jabour
Superintendente Central de Compras Governamentais - CSC
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
O Superintendente Central de Compras Governamentais da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no uso de suas competências que lhe são atribuídas pelo Decreto Estadual nº 44.786/2008, arida, com base nas disposições contidas na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:
" A administração pode anular seus próprios atos, quando evidados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."
Declaro:
ANULAR, EM CUMPRIMENTO À DECISÃO JUDICIAL, O PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019, cujo objeto é concessão onerosa de uso de espaço público para exploração de serviço de restaurante, por parte de empresa especializada em preparo e comércio de refeições, no Centro de Convivência da Cidade Administrativa Presidente Tancredo de Almeida Neves, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo 1, e de acordo com as exigências estabelecidas no Edital nº 001/2019.
1º - CONSIDERANDO que a administração pode anular seus próprios atos, quando evidados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SÚMULA 473, STF).
2º - CONSIDERANDO que a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos (SÚMULA 346, STF);
3º - CONSIDERANDO que a administração deve anular seus próprios atos, quando evidados de vícios de legalidade, e não anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SÚMULA 473, STF).
4º - CONSIDERANDO que a administração, prevista no artigo 49 da Lei 8.666/93, constitui forma adequada de desfazer o procedimento licitatório tendo em vista a ilegalidade detectada, sendo necessário o desfazimento da licitação para que seja desativado um novo procedimento licitatório para a celebração de um futuro contrato.
5º - CONSIDERANDO a decisão do Acórdão que rejeitou os Embargos de Declaração - CV nº 1.000.201016207-1/003 (11928074) referente ao Contencioso AGP nº 500846-50/2020-8, 0024 (11028463), que entendeu pela anulação do Pregão Presencial nº 01/2019;
6º - CONSIDERANDO a manifestação apontada na Nota Jurídica nº 015/2021 (3528749), anexa aos autos do processo e a partir da qual, em missão de que o procedimento licitatório é a percepção do interesse público, imperativo, portanto, ANULAR-SE O PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019.
Belo Horizonte, 23 de setembro de 2021.
Jafer Alves Jabour
Superintendente Central de Compras Governamentais - CSC
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
O Superintendente Central de Compras Governamentais da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no uso de suas competências que lhe são atribuídas pelo Decreto Estadual nº 44.786/2008, arida, com base nas disposições contidas na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:
" A administração pode anular seus próprios atos, quando evidados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."
Declaro:
ANULAR, EM CUMPRIMENTO À DECISÃO JUDICIAL, O PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019, cujo objeto é concessão onerosa de uso de espaço público para exploração de serviço de restaurante, por parte de empresa especializada em preparo e comércio de refeições, no Centro de Convivência da Cidade Administrativa Presidente Tancredo de Almeida Neves, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo 1, e de acordo com as exigências estabelecidas no Edital nº 001/2019.
1º - CONSIDERANDO que a administração pode anular seus próprios atos, quando evidados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SÚMULA 473, STF).
2º - CONSIDERANDO que a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos (SÚMULA 346, STF);
3º - CONSIDERANDO que a administração deve anular seus próprios atos, quando evidados de vícios de legalidade, e não anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SÚMULA 473, STF).
4º - CONSIDERANDO que a administração, prevista no artigo 49 da Lei 8.666/93, constitui forma adequada de desfazer o procedimento licitatório tendo em vista a ilegalidade detectada, sendo necessário o desfazimento da licitação para que seja desativado um novo procedimento licitatório para a celebração de um futuro contrato.
5º - CONSIDERANDO a decisão do Acórdão que rejeitou os Embargos de Declaração - CV nº 1.000.201016207-1/003 (11928074) referente ao Contencioso AGP nº 500846-50/2020-8, 0024 (11028463), que entendeu pela anulação do Pregão Presencial nº 01/2019;
6º - CONSIDERANDO a manifestação apontada na Nota Jurídica nº 015/2021 (3528749), anexa aos autos do processo e a partir da qual, em missão de que o procedimento licitatório é a percepção do interesse público, imperativo, portanto, ANULAR-SE O PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019.
Belo Horizonte, 23 de setembro de 2021.
Jafer Alves Jabour
Superintendente Central de Compras Governamentais - CSC
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
O Superintendente Central de Compras Governamentais da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no uso de suas competências que lhe são atribuídas pelo Decreto Estadual nº 44.786/2008, arida, com base nas disposições contidas na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:
" A administração pode anular seus próprios atos, quando evidados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."
Declaro:
ANULAR, EM CUMPRIMENTO À DECISÃO JUDICIAL, O PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019, cujo objeto é concessão onerosa de uso de espaço público para exploração de serviço de restaurante, por parte de empresa especializada em preparo e comércio de refeições, no Centro de Convivência da Cidade Administrativa Presidente Tancredo de Almeida Neves, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo 1, e de acordo com as exigências estabelecidas no Edital nº 001/2019.
1º - CONSIDERANDO que a administração pode anular seus próprios atos, quando evidados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SÚMULA 473, STF).
2º - CONSIDERANDO que a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos (SÚMULA 346, STF);
3º - CONSIDERANDO que a administração deve anular seus próprios atos, quando evidados de vícios de legalidade, e não anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SÚMULA 473, STF).
4º - CONSIDERANDO que a administração, prevista no artigo 49 da Lei 8.666/93, constitui forma adequada de desfazer o procedimento licitatório tendo em vista a ilegalidade detectada, sendo necessário o desfazimento da licitação para que seja desativado um novo procedimento licitatório para a celebração de um futuro contrato.
5º - CONSIDERANDO a decisão do Acórdão que rejeitou os Embargos de Declaração - CV nº 1.000.201016207-1/003 (11928074) referente ao Contencioso AGP nº 500846-50/2020-8, 0024 (11028463), que entendeu pela anulação do Pregão Presencial nº 01/2019;
6º - CONSIDERANDO a manifestação apontada na Nota Jurídica nº 015/2021 (3528749), anexa aos autos do processo e a partir da qual, em missão de que o procedimento licitatório é a percepção do interesse público, imperativo, portanto, ANULAR-SE O PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019.
Belo Horizonte, 23 de setembro de 2021.
Jafer Alves Jabour
Superintendente Central de Compras Governamentais - CSC
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata de Registro de Preços nº 139/2021 - Planejamento e Pregão Eletrônico nº 81/2021 - Objeto: Compra Central - aquisição de Desktop, Notebooks e Tablet - Fornecedores: SEPLAG e as Empresas:
ATA Nº 139/2021 - II - Positivo Tecnologia S.A
Lote Valor (R\$) Lote Valor (R\$) Lote Valor (R\$)
1 4.693,48 - - -
ATA Nº 139/2021 - II - LIDER Notebooks Comércio e Serviços Ltda
Lote Valor (R\$)
2 3.250,00 - - -
Vigência: 12 meses, a partir da publicação. Assinam: Rodrigo Ferreira Matias, pela SEPLAG; Alvaro Pereira Lassance e José Flávio de Oliveira Filho, pelas empresas.
3 cm - 23 1534960 - 1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
3º TA ao Contrato nº 9196716/2018. Partes: SEPLAG e Aepo Refrigeração Ltda. Objeto: Prorrogação a vigência do contrato original por 12 (doze) meses com manutenção de preço e condições de fornecimento e troca de peças. Vigência: 26/09/2021 a 25/09/2022. Valor: R\$ 67.631,56 (sessenta e sete mil, seiscentos e trinta e um reais, cinquenta e seis centavos). Dotação orçamentária: 1501 04 122 041 4099 0001 3 90 39 21. Fonte de recursos: 0 10 1. Data de assinatura: 23/09/2021. Assinam: Lucas Vilas Boas Pacheco pela SEPLAG e Marcus Aurelio Pinheiro pela contratada.
3 cm - 23 1535077 - 1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
3º TA ao contrato nº 9196715/2018. Partes: SEPLAG e Cold Climate Manutenção Ltda. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses com reajuste de valor. Vigência: de 26/09/2021 a 25/09/2022. Valor: R\$262.240,21 (duzentos e sessenta e dois mil, duzentos e quarenta reais e dois centavos). Dotação Orçamentária: 1501 04 122 041 4099 0001 3 90 39 21. Fonte de recursos: 0 10 1. Data de assinatura: 23/09/2021. Assinam: Lucas Vilas Boas Pacheco pela SEPLAG e Fabiao de Lacerda Queiroga, pela contratada.
2 cm - 23 1535076 - 1

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Contratada: MBM Seguros S.A. Objeto: Renovação, por 12 (doze) meses, a partir de 06 de outubro de 2021, do Contrato de Prestação de Serviços FJP/PP-20/2020. Ref. At. 57micio II, § 3º "e" art. 62, § 3º, inciso I, todos da Lei Federal nº 8.666/93. Valor: R\$2.116,80(duas mil, cento e dezesseis reais e oitenta centavos). Vigência: 12 (doze) meses a partir de 06de outubro de 2021. Conforme as diversas dotações orçamentárias constantes no processo. Belo Horizonte, 23 de setembro de 2021.
3 cm - 23 1535016 - 1

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEM
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Considerando o teor do ato de reconhecimento de situação de Inexigibilidade de licitação, exarado pela Gerente de Credenciamento, RATIFICO a situação de Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, visando o credenciamentodo(a) CLINICA MEDICA SANTO ANTONIO DE PADUALTA, CNPJ: 20.475.729.0001.21 do município de Belo Horizonte/MG, para prestação de serviços ambulatoriais/jurídica para assistência à saúde na rede credenciada do IPSEMG destinada a todos os seus segurados e dependentes regularmente inscritos, no valor global estimado de R\$1.200.000,00(milhões mil e duzentos reais) para execução das atividades de identificação e descrição das unidades operacionais dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário dos Municípios regulados pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG), conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência, Edital nº 01/2021.
Belo Horizonte, 22 de setembro de 2021.
Thiago Bernardo Borges - Presidente do IPSEMG

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Considerando o teor do ato de reconhecimento de situação de Inexigibilidade de licitação, exarado pela Gerente de Credenciamento, RATIFICO a situação de Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, visando o credenciamentodo(a) CENTRO CENTRO DE TRATAMENTO DE AGUA E FIBRA BRILHANTIAO LTDA, CNPJ: 079.629.0001-49, do município de Governador Valadares/MG, para prestação de serviços ambulatoriais/jurídica para assistência à saúde na rede credenciada do IPSEMG destinada a todos os seus segurados e dependentes regularmente inscritos, no valor global estimado de R\$240.000,00(duzentos e quarenta mil reais) para execução das atividades de identificação e descrição das unidades operacionais dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário dos Municípios regulados pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG), conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência, Edital nº 01/2021.
Belo Horizonte, 22 de setembro de 2021.
Thiago Bernardo Borges - Presidente do IPSEMG

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Considerando o teor do ato de reconhecimento de situação de Inexigibilidade de licitação, exarado pela Gerente de Credenciamento, RATIFICO a situação de Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, visando o credenciamentodo(a) CLINICA PEDIATRICA MORETTI & BRANDAO LTDA, CNPJ: 022.200.6001-80, do município de Pouso Alegre/MG, para prestação de serviços ambulatoriais/jurídica para assistência à saúde na rede credenciada do IPSEMG destinada a todos